

Davim 1
Se

Acta da Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Bridge realizada em 09 de Outubro de 2016

Pelas 16h00 do dia 09 de Outubro de 2016, na Rua Amélia Rey Colaço, nº 46 D, em Carnaxide, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Bridge (FPB), com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação do projecto da Acta integral da Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de Março de 2016.
2. Apreciação e aprovação do Plano de Atividades para 2017.
3. Apreciação e aprovação do Orçamento para 2017.

A presente Assembleia foi dirigida por Maria Eugénia Davim, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, coadjuvada pela Secretária da Mesa Maria de Lourdes Centeno.

Compareceram 18 delegados, conforme lista de presenças apensa à presente Acta: 2 representantes das associações regionais, 10 representantes dos clubes, 3 representantes dos praticantes, 1 representante dos árbitros e 2 representantes dos professores.

Para além dos delegados, também estiveram presentes na Assembleia Geral Inocêncio Araújo, Presidente da FPB, Nuno Baltazar, vogal da Direção da FPB e João Torres, Presidente do Conselho de Arbitragem da FPB, todos sem direito a voto.

Antes de dar início à ordem do dia, a Presidente da Mesa concedeu algum tempo para os delegados, que o desejassem, apresentarem assuntos não inscritos na Convocatória. O delegado Pedro Durão apresentou então uma questão relativa ao valor cobrado pela Direção da FPB para homologação de provas particulares disputadas no Centro de Bridge de Lisboa (CBL), o qual é de montante superior ao que é cobrado pelas homologações dos simultâneos nacionais, disputados às segundas e quintas-feiras. Embora o assunto não se enquadre no âmbito das competências da Assembleia Geral e deva ser resolvido entre o CBL e a Direção da FPB, o Presidente da FPB esclareceu os delegados de que o valor fixado para as homologações é o aplicado nos torneios em causa, isto é 0,40€, enquanto os simultâneos nacionais sofrem um desconto de 0,10€, dada a necessidade de outro tipo de despesas que recaem nos clubes onde são realizados. Acrescentou que, apesar do CBL já usufruir de um desconto nos valores cobrados pelas homologações, devido à quantidade de provas homologadas, o assunto continuará na agenda das conversações entre o CBL e a Direção da FPB.

2017.2
-2
de

A Presidente da Mesa, procurando esclarecer uma questão que fora colocada ultimamente por algumas pessoas, lembrou os delegados que esta Assembleia Geral foi convocada para a presente data, enquanto decorrem novas eleições dos futuros delegados que irão exercer o mandato de 2017-2020, porque os atuais delegados ainda se mantêm em funções e apenas no final do ano serão eleitos os restantes órgãos sociais, nomeadamente a futura Mesa da Assembleia Geral. Entretanto, é necessário que a FPB prossiga os seus trabalhos designadamente a elaboração pela Direcção e aprovação pela Assembleia Geral do Plano de Atividades e do Orçamento para 2017, o que, nos termos estatutários, tem de acontecer até final de Novembro. Estes documentos, porém, poderão vir a ser revistos pela próxima Direcção e pelos novos delegados da Assembleia Geral.

Deu-se depois início à apreciação dos assuntos constantes da Convocatória, começando pelo ponto 1., respeitante à apreciação da Acta da Assembleia Geral anterior, realizada a 13 de Março de 2016, a qual foi aprovada por maioria, com 2 abstenções dos delegados Paulo Gordo e Nuno Sousa por não terem estado presentes naquela Assembleia Geral.

A fim de apresentar o Plano de Atividades para 2017, tomou a palavra o Presidente da FPB que salientou o seguinte:

As provas nacionais terão o mesmo figurino de 2016, à exceção do Campeonato Nacional de Pares Open, que passará a ser aberto, em três sessões, e delegado à Associação de Bridge do Centro (ABC), e do Campeonato Nacional por Imp's que também será aberto, havendo uma primeira fase aberta a todos os pares, a que se seguirá uma final A e uma final B.

Relativamente ao Núcleo de Alta Competição (NAC) e Seleções Nacionais, prevê-se a manutenção dos treinos online com periodicidade quinzenal, prevendo-se ainda um programa destinado a reforçar a competitividade, através da participação em provas e eventos internacionais, bem como encontros online com congéneres estrangeiras.

Está também prevista a participação no Campeonato Europeu de Juniores, condicionada ao parecer do selecionador nacional.

O Grande Prémio de Portugal continuará a ser concessionado.

Em coordenação com o Conselho de Arbitragem, a Direcção irá elaborar um plano de formação para árbitros e está previsto um workshop nacional destinado a árbitros nacionais e regionais no ativo. Haverá algum apoio aos árbitros que pretendem deslocar-se em Fevereiro a Atenas ao workshop de arbitragem organizado pela EBL.

À realização do Campeonato Universitário de Bridge em 2017, concorreram duas Universidades tendo ganho a Universidade de Aveiro que, para o efeito, será apoiada técnica e logisticamente pela FPB.

No que respeita ao Bridge online, está previsto o estabelecimento de uma parceria internacional destinada à realização de provas online homologáveis.

De entre as medidas estruturantes, a Direção procurará divulgar o Bridge através de protocolos com entidades públicas e privadas. Manter-se-á a política anterior no que respeita à captação e fidelização de praticantes em coordenação com as associações regionais e os clubes, prevendo-se incentivos ao licenciamento de praticantes e ex-praticantes. Na área da formação, prosseguirá o apoio através dos dois programas de formação já em execução, um destinado a jovens e universitários e outro mais genérico.

O delegado João Paulo Rocha Pinto iniciou o debate comentando que, em geral, o Plano de Atividades para 2017 é uma repetição dos anos anteriores. Em especial, considera tratar-se de um erro a transformação em provas abertas do Campeonato Nacional de Pares Open e do Campeonato Nacional por Imp's, por se tratarem de provas que exigem competitividade e, para isso, uma pré-seleção é fundamental. Também considera errada a delegação de provas nacionais às Associações Regionais, embora defenda que essas competições podem ser disputadas nas regiões sendo a respetiva organização entregue a um clube ou até mesmo à associação, mediante o resultado de candidaturas que concorrerem para o efeito.

Quanto às seleções nacionais, o mesmo delegado mantém as considerações que já fez noutras assembleias, dizendo que o NAC falhou, dado que o projeto assentava na formação especializada de pares mas que estes nunca se constituíram de forma consistente, porque foram mudando sucessivamente. Conclui assim, que insistir na metodologia do NAC, é insistir num erro. Criticou também o Plano de Atividades por, tal como nos anos anteriores, não conter medidas de apoio aos seniores. Acrescentou que considera errado o anunciado projeto de competições online, sobretudo por poder vir a provocar consequências negativas para os clubes.

Por fim, lamentou que as competições nacionais tenham cada vez menos concorrentes e que os regulamentos de provas sejam sucessivamente elaborados com muitos erros.

O delegado Pedro Durão pediu a palavra para dizer que espera que a futura Direção a eleger traga novas ideias visto que o Plano de Atividades em apreciação lhe parece uma cópia dos anteriores. Considera perigoso o projeto federativo de incentivo à competição online, à semelhança do que acontece designadamente nos EUA, visto que em Portugal o Bridge ainda não se encontra suficientemente fidelizado nos clubes e a prática online poderá vir a retirar-lhes jogadores. Por fim, criticou a abertura dos Campeonatos Nacional Open e por Imp's por considerar que os melhores jogadores deviam competir apenas entre si, pelo menos numa ou em duas provas anuais.

O delegado Paulo Gordo afirmou que considera positiva a política da FPB de delegar a organização de provas nacionais às Associações Regionais. Comentou ainda, contrariando as considerações feitas anteriormente pelo delegado João Paulo Rocha Pinto, que a delegação de provas nacionais pela FPB só faz sentido se forem entregues às Associações Regionais e nunca aos clubes porque as Associações são as entidades que nas regiões prosseguem o trabalho federativo.

O delegado Nuno Sousa também pediu a palavra para observar que não concorda com os comentários anteriores, segundo os quais seria de reprovar a manutenção do mesmo figurino de anos anteriores nos planos de atividades e nas provas a disputar. Segundo este delegado, o plano da atividade bridgística deve ser enquadrado para um mandato e, após a respetiva avaliação de resultados, deve ser sufragado nas eleições, acrescentando que as experiências anteriores de mudanças de ano para ano do modelo das provas não foram positivas e não deram estabilidade.

O delegado Pedro Durão retorquiu dizendo que os Campeonatos Nacionais, sobretudo o de Pares Open, têm corrido francamente mal nestes últimos anos e que seria boa altura para mudar.

O delegado Manuel Capucho interveio no debate observando que é no interesse da Assembleia que os delegados deem o seu testemunho sobre o que lhes parece mal e apresentem sugestões, de modo a que a Direção possa ponderar e proceder às alterações necessárias. Nesse sentido, entregou na Mesa um conjunto de documentos que serão arquivados junto à presente acta os quais contêm gráficos que visam fazer uma análise comparativa do número de participantes nalgumas provas federativas nacionais, desde 2004. Apresentando a sua análise dos referidos gráficos, disse o seguinte:

Serve este trabalho unicamente para alertar a Assembleia e a Direção para o facto, preocupante, de o número de praticantes que jogam as provas nacionais estar a decrescer significativamente.

Não foi considerado o Campeonato Nacional de Equipas Open nem o Nacional de Pares Open dado serem provas de apuramento nacional, contudo, é de realçar o facto do Campeonato Nacional de Pares Open ter sido um flop nos últimos três anos, quer por terem sido chamados para jogar pares que não participaram nos apuramentos, parcial ou totalmente, em atropelo claro dos regulamentos, quer por, em 2016, só terem aparecido 21 pares dos 28 previstos. Destes 21 pares, 8 jogadores formaram parceria com jogadores diferentes dos que com quem tinham jogado o Regional e, de entre esses, um dos pares desfez-se para fazer outros dois pares com outros jogadores.

Dos mapas estatísticos que apresentou, Manuel Capucho retirou ainda as seguintes conclusões:

CN Pares Seniores – desde 2012 apresenta uma curva decrescente acentuada.

CN Pares Promoção – não considerando o ano 2008 por ter sido atípico com 35 pares, houve uma ligeira subida de 4 pares em 2014 e 2015 para 18 pares.

CN Pares de 2^{as} Categorias – houve uma quebra muito acentuada desde 2012, de 24 para 22, 18, 13 pares, e depois uma recuperação para 22 pares em 2016. De notar que em 2001 jogaram este campeonato 39 pares.

CN Pares Mistos – manutenção ou ligeira redução desde 2012.

CN Pares Femininos – recuperação em 2013, 14 e 15 e nova descida para níveis de 2012 em 2016.

CN Equipas Mistas – em relação a 2012 houve uma quebra significativa em 2013, recuperada e solidamente aumentada em 2014 para nova queda em 2015 e redução para mínimos históricos em 2016 (5 equipas).

CN Equipas de 2^{as} Categorias – manutenção desde 2012 do número de equipas inscritas.

Relativamente aos pares seniores, disse também o delegado Manuel Capucho, que considera não existirem medidas de apoio e incentivo à sua atividade bridgística embora sejam a maioria dos licenciados e, assim, o sustentáculo da FPB.

Por fim, criticou também o site da FPB por ser pesado e difícil de consultar e propõe que seja rapidamente revisto.

O delegado Miguel Slewinski pediu a palavra para exprimir a sua opinião sobre o local onde deveriam decorrer as provas nacionais, em especial o Campeonato Nacional de 2^{as} Categorias, e que segundo ele, seria no CBL em Lisboa, por ser a região onde há mais praticantes.

Respondendo aos comentários dos delegados, o Presidente da FPB disse essencialmente o seguinte:

Quanto à afirmação do delegado João Paulo Rocha Pinto de que o Plano de Actividades era "mais do mesmo", considera-a um elogio, porque se trata de uma manifestação de coerência e estabilidade que deve nortear a gestão federativa.

No referente à delegação de algumas provas nacionais às Associações Regionais, trata-se de uma medida implementada desde o início deste mandato, a qual permite alargar a jogadores das várias regiões a possibilidade de jogarem campeonatos nacionais. Defendeu que, assim, o ranking é mais equitativo, ao contrário do que sucedia até então, em que a participação nessas provas era quase exclusiva dos jogadores de Lisboa, cidade onde se realizavam todas as provas nacionais. Mesmo assim, atualmente, mais de 50% das provas nacionais são ainda realizadas em Lisboa.

Relativamente ao Bridge online, trata-se de uma iniciativa que desde sempre constou do plano de ação desta Direção mas cuja implementação exige especiais cuidados, designadamente para que não se prejudiquem os clubes. Garantiu que os torneios online não se realizarão nos mesmos horários dos torneios de clube. Por outro lado, garantiu que o projecto trará vantagens financeiras para os clubes.

Quanto ao figurino das provas, tal como se encontra escrito no Plano de Actividades, o Campeonato Nacional por Imp's vai realizar-se num fim de semana prolongado e terá uma final exclusivamente jogada pelos pares melhor classificados na fase preliminar. Acrescentou que esta prova deixará de carecer de apuramento regional.

No que concerne às substituições que ocorreram nos campeonatos nacionais, esclareceu que, até agora, tendo essas provas sido fechadas, o regulamento das provas de apuramento das Associações Regionais estabeleciam critérios de substituição para a fase final, em particular a ARBN, a ABM e a ABC. A ARBL também adotou critérios idênticos, embora não tenha incluído tais regras no regulamento da prova de apuramento.

No referente aos seniores em geral, o principal elemento que levou ao crescimento dos praticantes resultou da política de captação que decorreu essencialmente entre pessoas desse nível etário, em conjugação com a taxa de licenciamento reduzida.

Quanto ao NAC, a Direcção considera que, dadas as atuais restrições financeiras, há que estabelecer prioridades e não se justifica fazer investimentos num plano de alta competição para seniores (praticantes acima dos 60 anos).

No entanto, a Direcção apoiou a equipa sénior na participação nos Campeonatos da Europa de Budapeste, designadamente no processamento dos donativos angariados pelos próprios, na inscrição junto da EBL, no preenchimento das folhas de convenção e na obtenção do equipamento.

Depois de ter lido o Parecer do Conselho Fiscal que deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável ao Orçamento e ao Plano de Atividades de 2017 e propor a sua aprovação pela Assembleia Geral, a Presidente da Mesa colocou à votação o Plano de Atividades da FPB para 2017 o qual foi aprovado por maioria com os votos favoráveis dos delegados Nuno Santos, Nuno Sousa, Fernando Pombo, Luis Rodrigues, Luis Galvão, Maria João Parente, Paulo Gordo, Rui Duarte, Carlos Ferreira, Casimiro Talhinhos, João Fanha e Manuela Araújo; com 4 votos contra dos delegados Manuel Capucho, João Paulo Rocha Pinto, Paula Lima e Pedro Durão; e 2 abstenções dos delegados José Júlio Silva e Miguel Slewinski.

O Presidente da FPB apresentou depois aos delegados presentes na Assembleia Geral o Orçamento para 2017, tendo referido essencialmente dados comparativos com o orçamento de 2016:

Quanto aos gastos, o Orçamento prevê:

Organização e Gestão – 42.277,50 € (+250,00 €)
Actividade Desportiva – 22.176,50 € (-4.874,00 €)
Formação – 9.000,00 € (+2.000,00 €)
Seleccões Nacionais – 14.800,00 € (-4.035,00 €)

Quanto aos rendimentos:

Organização e Gestão – 38.425,00 € (-2.600,00 €)
Actividade Desportiva – 45.329,00 € (+2.351,00 €)
Formação – 4.000,00 € (-1.000,00 €)
Seleccões Nacionais – 500,00 € (-5.500,00 €)

Em termos globais, a Direcção optou por realizar um Orçamento conservador, de modo a deixar espaço de manobra para a Direcção que estará em funções em 2017.

João Paulo Rocha Pinto pediu de novo a palavra para sublinhar que os donativos destinados a apoiar a Equipa Sénior que participou no Campeonato da Europa foram exclusivamente angariados pelos jogadores.

Quanto ao Orçamento para 2017, o mesmo delegado criticou a Direcção por não ter conseguido aumentar os apoios privados durante os 4 anos deste mandato.

O delegado Manuel Capucho subscrevendo as palavras de João Paulo Rocha Pinto, acrescentou que, tal como referiu na Assembleia Geral anterior, o Orçamento e as Contas anuais deviam ser mais pormenorizadas e explicitas para melhor se compreenderem. Pediu ainda explicações sobre o custo do Prémio Fairplay tendo

José
R7

sido informado pelo Presidente da FPB que, tratando-se de uma viagem, o custo é variável, mas que o valor orçamentado é de 800,00 €, sendo a restante fatia orçamentada na rubrica 91.1.3.5 destinada à aquisição de medalhas e troféus. Inocêncio Araújo lembrou ainda que existe um Regulamento do Prémio Fair-Play, que se encontra disponível no portal da FPB.

Manuel Capucho também perguntou quais os valores que se prevêem gastar com o NAC, não só em termos globais mas de forma pormenorizada, isto é, deslocações, aluguer de salas, inscrições, estadias etc. Criticou o facto de cerca de 20% do Orçamento, mais de 16.000€, ser destinado às Selecções Nacionais, num ano em que não há campeonatos internacionais.

O Presidente da FPB manifestou o seu desacordo com a afirmação do delegado Manuel Capucho, esclarecendo que naquele montante estão incluídos 4.900€ destinados à participação da Selecção Júnior no Campeonato da Europa de 2017.

Respondendo ao delegado João Paulo Rocha Pinto, o Presidente da FPB informou que, nos Relatórios e Contas de 2013 a 2015 constam os valores dos donativos angariados, valores que são muito superiores aos conseguidos durante o mandato anterior.

Manuel Capucho voltou a criticar o NAC e o investimento que o Orçamento de 2017 prevê para manutenção desse projeto. Considerou que se trata de um objetivo que já deu provas de ter falhado, quer pelo baixo nível dos resultados alcançados quer pela instabilidade na formação dos pares. Questionou nesse sentido o Presidente da FPB por este ter afirmado ser sua intenção manter tal projeto, com a mesma metodologia, tal como se encontra registado no Plano de Atividades e Orçamento para 2017 e no futuro mandato a que se vai candidatar.

O Presidente da FPB remeteu para a discussão do Relatório de Atividades de 2016, no primeiro trimestre de 2017, os argumentos que considera pertinentes para avaliação de tal projeto.

O delegado Pedro Durão falou de novo para dizer essencialmente que tinha sido realizado um investimento grande em formação durante este mandato, que o próprio CBL tinha beneficiado bastante com esse projecto que, no caso do CBL, tinha sido aplicado essencialmente a seniores, em particular a praticantes de idade superior a 65 anos. Criticou, no entanto, o facto da FPB ter realmente aumentado o número de praticantes licenciados, mas de 300 a 350 praticantes não participarem em provas. Tal pode ser comprovado pela análise do ranking em que a maior parte dos jogadores com a categoria de 3 Ouros para baixo não terem pontos de ranking. Tal facto origina uma enorme distorção no ranking. Acrescentou compreender que é necessário dar mais visibilidade ao Bridge, investir na divulgação e captação de jogadores, mas os métodos devem ser revistos.

O texto e mapas do Plano de Atividades e do Orçamento para 2017 foram corrigidos de acordo com algumas incorreções verificadas pelo delegado Casimiro Talhinhos na numeração das contas e confirmadas pelos presentes.

Flavio 2
8
Fl

O Presidente da FPB pediu de novo a palavra para responder à afirmação do delegado João Paulo Rocha Pinto de que a actual Direcção se tinha limitado a assegurar os donativos já obtidos pela Direcção anterior, e comparou o montante dos donativos angariados em 2015 com os angariados pela Direcção anterior em 2011, conforme consta dos respetivos Relatórios e Contas:

BPI – 7.700 € em 2015 / 6.700 € em 2011
Turismo de Cascais – 5.000 € em 2015 / 0 € em 2011
Outros donativos – 4.750 € em 2015 / 2.600 € em 2011
Total – 17.450 € em 2015 / 9.300 € em 2011

Por fim, o Orçamento da FPB para 2017 foi votado e aprovado por maioria com os votos favoráveis dos delegados Nuno Santos, Nuno Sousa, Fernando Pombo, Luis Rodrigues, Luis Galvão, Maria João Parente, Paulo Gordo, Rui Duarte, Carlos Ferreira, Casimiro Talhinhos, João Fanha e Manuela Araújo; com 4 votos contra dos delegados Manuel Capucho, João Paulo Rocha Pinto, Paula Lima e Pedro Durão; e 2 abstenções dos delegados José Júlio Silva e Miguel Slewinski.

Sendo esta a última Assembleia Geral dos delegados que concluem assim o mandato 2013/2016, foi acordado que o projeto de acta desta Assembleia será enviado a todos os delegados que estiveram presentes que, depois de o analisarem, transmitirão à Mesa, num prazo a estipular, as correções que entenderem introduzir nas respetivas intervenções. Findo esse período, esta acta considera-se aprovada e será assinada pela Presidente e pela Secretária da Mesa.

Antes de dar por finda a Assembleia, Maria Eugénia Davim, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, dirigiu-se aos delegados dizendo o seguinte:

Durante cerca de 9 anos integrou a Mesa da Assembleia Geral, inicialmente como Secretária da Mesa e neste último mandato como Presidente. Por ter sido eleita três vezes consecutivas para este órgão da FPB, os Estatutos já não lhe permitem candidatar-se para o mesmo órgão nas próximas eleições. Poderá, eventualmente, vir a desempenhar outras funções se os eleitores lhe derem essa confiança.

Durante os mandatos que exerceu, teve a oportunidade de dirigir os trabalhos da Assembleia Geral, o que fez com espírito de missão, com prazer e com honra. Está convicta que este órgão contribuiu democraticamente para o desenvolvimento da atividade bridgística. Congratula-se com o facto de os trabalhos terem sempre decorrido com sobriedade, dentro dos limites adequados de correção, permitindo que todos, apesar das normais divergências, tivessem podido exprimir livremente as suas opiniões e posições sobre os assuntos em debate.

O Presidente da FPB; Inocêncio Araújo, pediu a palavra e dirigiu-se também à Assembleia em seu nome e em nome da Direcção, agradecendo quer aos elementos da Mesa quer aos delegados os contributos que trouxeram para o desenvolvimento dos trabalhos da FPB ao longo do mandato que agora termina.

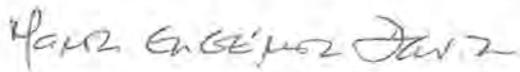
Por fim, sob proposta do delegado Nuno Marques de Sousa, os delegados presentes votaram por unanimidade um voto de louvor à Mesa e à Presidente da

Mesa pelo desempenho prestado ao longo do mandato e pela forma como dirigiu os trabalhos da Assembleia.

Os trabalhos terminaram pelas 18h15.

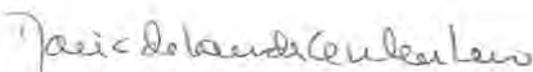
Depois de divulgada a todos os delegados presentes na Assembleia e obtida, assim, a sua concordância quanto ao respetivo conteúdo, a presente acta considera-se aprovada e vai ser assinada.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral,



Maria Eugénia Davim

Secretária da Mesa da Assembleia Geral,



Maria de Lurdes Centeno